

O ANO DE 1903 E A REVISTA DO TRICENTENÁRIO: MEMÓRIAS, DOCUMENTOS E NACIONALISMO NO INSTITUTO DO CEARÁ.¹

The 1903 year and the Ceara tercentenary magazine: memories, documents and nationalism in the Ceará History, Geographic and Anthropological Institute.

Ma Ana Alice Menescal²
ana.alice.menescal@gmail.com

Resumo: O trabalho aqui apresentado é parte da tese de doutorado intitulada “Indígenas e Intelectuais: a questão indígena no Instituto do Ceará (1887-1938)”, desenvolvida junto ao curso de Doutorado em História e Cultura do Brasil da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa – Portugal. Apesar de Martim Soares Moreno ser reconhecido como fundador do Ceará, as comemorações do Tricentenário exaltaram a chegada do primeiro português, ou seja, Pero Coelho de Sousa, afirmando datar do ano de 1603 o primeiro vislumbre da civilização nessas terras. O objetivo deste artigo é analisar os elementos em torno das comemorações do Tricentenário, a partir das matérias publicadas na Revista do Instituto do Ceará no ano de 1903. Observando a compreensão de História e memória, bem como as argumentações sobre os conceitos de pátria e patriotismo, nação e nacionalismo em uso na época dos festejos.

Palavras-Chave: História, Memória, Nacionalismo, Instituto do Ceará.

Abstract: The work presented here is part of the doctoral thesis entitled "Indigenous and Intellectuals: the indigenous question in the Institute of Ceará (1887-1938)", developed by the Doctoral Course in History and Brazil's Culture at the University of Lisbon - Portugal. Although Martim Soares Moreno be recognized as founder of the Ceará, the celebrations of Tercentenary extolled the name of Pero Coelho de Sousa, the first Portuguese established in Ceará, anticipating for year 1603 he first steps of civilization on these lands. This article analyzes the elements around the Tercentenary celebrations, from the materials published in the Institute of Ceará Magazine in the year 1903. Striving to understanding of history and memory, as well as the arguments about the concepts of homeland and patriotism, nation and nationalism in use at the celebration time.

Keywords: History, Memory, Nationalism, Institute of Ceará.

¹ Resultado da revisão do artigo intitulado *Comemorações, Memórias e Documentos: uma hermenêutica da ideologia nacionalista na Revista do Instituto do Ceará do ano de 1903*, publicado em julho de 2012 na Revista Brasileira de História & Ciências Sociais.

² Doutoranda em História (Área: História e Cultura do Brasil) – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (FLUL); Mestra em Filosofia – Universidade Estadual do Ceará (UECE); Especialista em Estudos Clássicos – Universidade Federal do Ceará (UFC); Licenciada em História – Universidade Federal do Ceará (UFC).

Ceará primordial: seria 1603 o marco do *princípio da civilização*³?

Nas terras correspondentes à antiga Capitania do *Siará*, doadas ao donatário João Cardoso de Barros em 1535, a primeira tentativa de ocupação do território data de 1603, com a exploração comandada pelo português Pero Coelho de Sousa.

O explorador tinha por missão estabelecer uma relação de paz com os povos nativos, combater a pirataria, procurar metais preciosos e explorar o Rio Jaguaribe. Não encontrando riquezas nas terras secas do litoral, o explorador português passou a escravizar os indígenas, por sua vez, estes se revoltaram contra os europeus, expulsando-os⁴.

Com o fracasso de Pero Coelho em conquistar os indígenas como aliados, em 1607 chegam às terras cearenses os padres jesuítas Francisco Pinto e Luiz Figueira, com a intenção da evangelização dos nativos. Prejudicados pela desconfiança gerada entre os indígenas pelo primeiro português, os jesuítas encontraram imensa dificuldade, apesar de contarem com o apoio, ainda que desconfiado, de algumas nações indígenas. Pelo sertão existiam outros povos pouco afeitos ao contato com os portugueses. Em ataque de nações indígenas do sertão, Pe. Francisco Pinto foi morto. Após a morte do companheiro e mentor, Pe Luiz Figueira, sem condições de assumir o controle da situação, deixou o território cearense em 1608.

Martim Soares Moreno, integrante da primeira expedição comandada por Pero Coelho, tendo aprendido alguns costumes e conseguido certo domínio da língua indígena, retornou ao território em 1612, desta vez, auxiliado por índios potiguaras⁵ e soldados portugueses. Construiu o Fortim de São Sebastião às margens do Rio Ceará e,

³ Conforme justificativa do evento comemorativo do Tricentenário do Ceará.

⁴ Sobre o tema convém cf. TÁVORA, Franklin. **Índios do Jaguaribe**. Recife : Typographia do Jornal do Recife, 1870. O livro além de narrar a ocupação do Ceará por Pero Coelho apresenta importante análise de um intelectual do Instituto do Ceará, possibilitando o diálogo entre a Publicação de 1870 e a Revista do Instituto publicada em 1903, fonte principal deste estudo.

⁵ Dentre esses destacamos o índio Poty, futuro D. Antônio Filipe Camarão, nomeado Capitão-mor de todos os Índios do Brasil, por D. Felipe II, rei das Coroas de Portugal e Espanha. Dada sua ativa participação ao lado dos portugueses nas batalhas de São Lourenço (1636); Porto Calvo (1637); Mata Redonda (1638) e, especialmente, na primeira Batalha dos Guararapes (1648), contra os neerlandeses, recebeu, além daquele título acima mencionado, a mercê de Dom; o Hábito de Cavaleiro da Ordem de Cristo e o foro de Fidalgo com Brasão de Armas. Sobre esta figura cf. MAIOR, Pedro Souto. Dous Índios notáveis e parentes proximos – Pedro Poty e Philippe Camarão (Documentos interessantíssimos e ineditos). **Revista Trimestral do Instituto do Ceará**, Fortaleza, v.1, t. XXVI, anno XXVI, 61-71, 1912. Cf. ainda a Nota 1 de *Iracema* (1865) de José de Alencar, onde o romancista apresenta a fabulação de sua Lenda do Ceará (São Paulo: Editora Saraiva, 2009). Há ainda, do mesmo autor, uma biografia publicada em 1846 na Revista de Letras da Faculdade de Direito de São Paulo, publicação sumida das prateleiras das bibliotecas, contudo possível de acesso em manuscritos guardados na Coleção José Martiniano de Alencar, no Arquivo Histórico do Museu Nacional, no Rio de Janeiro.

também, uma capela dedicada a Nossa Senhora do Amparo. Ia-se fundando, assim, o Ceará.

Apesar da tentativa de Coelho, a estruturação do Ceará como território de efetiva exploração portuguesa está associada à Martim Soares Moreno.

O Instituto do Ceará e a promoção do Tricentenário

Desde a fundação do Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico), em 1887, pode ser verificada a tentativa de construção de uma história local, bem como a busca pela fundação da memória da população e do nacionalismo que deveriam ligar os cidadãos à sua terra. Para tanto, ponto alto das investidas são as comemorações do Tricentenário da chegada dos portugueses ao Ceará.

Em Fortaleza, o evento teve grande destaque social no ano de 1903, envolvendo, especialmente, representantes políticos, das letras e das famílias mais abastadas da cidade. As agremiações de intelectuais estavam todas representadas nas solenidades, destacamos, dentre elas, o Instituto do Ceará, sob a direção de Barão de Studart, sócio fundador e grande incentivador das comemorações.

O médico cearense, reconhecidamente um dos maiores pesquisadores da História do Ceará, além de incentivar as comemorações, também estava à frente do projeto como seu idealizador e, por isso mesmo, durante as celebrações foram dedicados imensos elogios e agradecimentos a ele. Graccho Cardoso, do jornal *A Republica*, de Fortaleza, por exemplo, escreveu:

a nenhuma outra pessoa com mais justiça cabe a gloria desta commemoração do que ao illustre Snr. Barão de Studart. O valoroso trabalhador e paciente investigador da nossa história foi quem suggeriu a Idea de sagrar-se a data tres vezes secular da primeira vinda dos portuguezes ao Ceará. Á sua iniciativa, organizou-se a Comissão Central, concebeu-se nas grandes linhas o extraordinario programma dos festejos tomaram vigoroso impulso todos os elementos que collaboraram nessa quasi apotheose á tradição histórica e ao sentimento patrio. Nenhum outro, pois, mais proprio a recahir a homenagem de gratidão e affecto, que aqui deixamos como a expressão do nosso pensar. (CARDOSO, 1903, 241).⁶

Para marcar as homenagens à data, o Instituto do Ceará, através de sua Revista Trimestral, publicou artigos e documentos sobre os primórdios da História do Ceará.

⁶ A citação segue a ortografia do original. Desde já informamos que as citações referentes aos artigos da Revista do Instituto do Ceará estarão todas conforme os originais.

Obviamente, uma história iniciada pelos primeiros colonizadores portugueses, uma vez que àquele tempo não se considerava história a vivência dos habitantes naturais da região, os índios, por não possuírem escrita sistematizada ou, ainda, a prática de registrar suas experiências como os brancos colonizadores⁷. Assim, das dezenove matérias contidas na revista de 1903, doze estavam relacionadas à presença dos portugueses no Ceará ou às festas em comemoração aos trezentos anos de sua chegada.

Para melhor organizar as análises procedidas neste estudo, subdividimo-lo em micro-temas, a saber: 1) Memória e Esquecimento: Comemorações do Tricentenário da chegada dos portugueses ao Ceará; 2) A cristalização da verdade: Documentação e análise historiográfica no Instituto do Ceará.

Memória e Esquecimento: comemorações do Tricentenário da chegada dos portugueses ao Ceará.

A fundação da nacionalidade brasileira e da História pátria é tema recorrente nos vários Institutos Históricos derivados do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Seguindo a linha do primeiro Instituto Histórico do Brasil, criado em 1838, durante o Governo Regencial de Pedro de Araújo Lima, foram fundados outros, espalhados nas diversas regiões do Império e respeitadores do objetivo primado pelo IHGB, ou seja, fundar a História, estabelecer a identidade e o sentimento nacional. É este movimento que trará à luz o Instituto do Ceará, em 1887.

Não há aqui pretensão de explicar a trajetória do Instituto do Ceará; julgamos ser importante destacar que no ano de 1903, ainda se fazia necessário construir o sentimento nacionalista e promover a identificação do povo com seu lugar de origem. A trajetória política do Brasil, como sabemos, experimentou períodos de instabilidade intensa, sendo a Primeira República exemplo disto. A extensão territorial, a falta de acesso à informação e o analfabetismo, tudo isto contribuía para boa parte da sociedade manter-se aquém do que dissesse respeito à política e à própria História da nação.

No dia a dia de homens e mulheres comuns não havia preocupações para além da sobrevivência e do sustento seus e de suas famílias; a exaltação da História da nação, o sentimento nacional ou a construção da memória pátria não faziam parte de suas

⁷ Em razão desta concepção eram considerados povos não históricos, assim, quando estudados, seriam objeto de análise da etnografia e não da história. Sobre a questão conferir: WEHLING, Arno. **Estado, História, Memória**: Varnhagen e a Construção da Identidade Nacional. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

preocupações cotidianas, somente se apresentavam na vida das pessoas quando eram inseridas por outros na lida vulgar através, por exemplo, de eventos comemorativos, o que favorecia o controle da sociedade pelos privilegiados, políticos, intelectuais, entre outros.

Sobre esse tipo de comemoração, Fernando Catroga nos diz:

após 1880, muitas das principais manifestações comemorativas tiveram características diferentes [das anteriores]. As mais importantes nasceram da iniciativa da sociedade civil (intelectuais, associações de jornalistas, estudantes, centros escolares, agremiações maçônicas etc.) e, em termos doutrinários, inspiravam-se no positivismo comtiano (e, como denunciou o poeta socialista Antero de Quental, no exemplo do “pão e circo”...). (CATROGA, 2005, 144)

Mesmo se referindo à experiência portuguesa, a análise do autor é extremamente semelhante à situação brasileira, em ambas vemos ser oferecido ao geral da população um espaço de socialização com os privilegiados através de eventos grandiosos para festejar datas consideradas parte da História oficial. É óbvio que é mais fácil manter o controle de um grupo supostamente homogêneo, do que enfrentar o desafio de um grupo disperso, com espíritos rebeldes. As comemorações do Tricentenário do Ceará findam por ser bom exemplo disto.

Alfredo de Carvalho, Membro do Instituto Antropológico, Histórico e Geográfico Pernambucano – IAHGP, em artigo no *Jornal do Recife*, descreve as comemorações como espaço para os privilegiados da sociedade cearense, diz o autor: “um grupo selecto de extremados patriotas, tendo á frente a personalidade captivante e sympathica do sabio Barão de Studart, celebra ali o tricentesimo anniversario da chegada dos primeiros portuguezes ao Ceará” (CARVALHO, 1903, 245).

O artigo sugere que a festa aconteceu especialmente para aqueles auto-identificados com a história da chegada portuguesa, queremos dizer, para um grupo que reconhece aquele momento histórico como marco fundamental, julgando importante sua rememoração, em 1903, como afirmação de suas memórias. Partindo da exposição de Carvalho, poderíamos perguntar se não houve participação popular. O próprio evento sugere ao *homem comum* – o geral da população, aos olhos da elite intelectual e política do Ceará tricentenário – haver motivos para comemoração, pois se “os privilegiados” destacam a importância da data, quem iria questionar o valor do evento?

Acerca da participação popular, Graccho Cardoso, do jornal *A Republica*, descreveu as solenidades todas do evento, informando os espaços reservados para “o

povo”. Em sua matéria, sobre o ritual ocorrido no palacete da Assembleia, informou os sítios ocupados pelos grupos de maior destaque da sociedade cearense (políticos, intelectuais, comerciantes) e, por fim, escreveu: “por todas as demais dependências do edifício, caprichosamente adornadas, acotovelava-se o povo num ruído surdo de colmeia” (CARDOSO, 1903, 233). Além da presença nesta sessão cívica, houve participação popular nas ruas, na queima de fogos, mas havia lugares reservados às “pessoas gradas”(CARDOSO, 1903, 235), como a recepção no palácio do governo, por exemplo.

As ideias de civilização e desenvolvimento ficam muito claras nos artigos publicados pela Revista do Instituto, demonstrando essa linha de pensamento, temos, por exemplo: “tres seculos que esta terra ouviu os doces acordes da lingua que falamos!” (VASCONCELLOS, 1903, 37); adiante, ainda:

Esse culto de amor e de civismo é a nossa propria dignificação: não somos outros senão os mortos que vivem em nós. O fio mysterioso que une um seculo a outro é o mesmo vinculo de vida que nos prende á triste Necropole. Nada se perde nos abysmos da natureza: os nomes mais obscuros, como as mais simples idéas, vão se encorporar ao immenso tesouro do progresso e civilização, — precioso patrimonio das gerações que passaram. (VASCONCELLOS, 1903, 37).

E, ainda, de Alfredo de Carvalho:

Louvabilissima a idéa de semelhante commemoração, traduzindo o celso designio de perpetuar a data inaugural da vida historica do futuroso Estado nortista e relembrar o seu primeiro contato com a civilização occidental; benemeritos os cidadãos illustres que a promoveram (CARVALHO, 1903, 245).

Graccho Cardoso finaliza seu artigo para o jornal *A Republica*, publicando as palavras do Sr. Joaquim Simões, pedindo que informasse da presença de membros da Sociedade Beneficente Portuguesa *Dous de Fevereiro* e da colônia portuguesa na sessão solene no palacete da Assembleia, destacando o fato de seu discurso estar entre aqueles não pronunciados por falta de tempo. Cardoso cita o pedido de Joaquim Simões, que dizia: “peço estas especializações unicamente para que conste que os compatriotas daquelles que *deram o ser historico* ao Ceará procuraram cumprir o seu dever, associando-se a uma festa substancialmente luso-cearense” (CARDOSO, 1903, 241 – *grifo nosso*). Pelas palavras de Simões, a associação da presença dos portugueses no Ceará com a origem da civilização do lugar, bem como de sua história, não era questão

unicamente daquela sociedade sedenta de inserção nacional, de identificação com seu passado, mas também era alimentada pelos portugueses que ali residiam.

A elaboração dessa ideia de fazer parte de algo maior, através da civilização e da história nos recorda a noção de nacionalidade que Pierre Vilar atribui aos alemães do século XIX como “sentimento de pertença a um povo — o *Volksgeist* — herança da raça, da língua, da história” (VILAR, 1985, 159), esta parece ser a relação vislumbrada pelos *ilustres* cearenses ao comemorarem o tricentenário da chegada dos portugueses. A ligação pela civilização vincularia o Ceará à Portugal, à Europa e não à América, pois esta recorda a barbárie de outros tempos. A mesma situação se aplica aos demais territórios brasileiros, tanto durante o século XIX, quanto no princípio do século XX. Apesar da proximidade com o restante da América, o Brasil sempre esteve mais ligado à Portugal, à Europa como um todo, com os olhos sempre voltados para o velho continente. Por ter sido monarquia, havia um sentimento de pertença a outra condição, não a de povo dominado, atribuída ao restante da América do Sul, mas de elite, de herdeiros de uma tradição europeia, de uma civilização⁸.

Seguindo a linha de exaltação dos chamados “civilizadores”, Barão de Studart conclui seu artigo *Francisco Pinto e Luiz Figueira - o mais antigo documento existente sobre a história do Ceará*, afirmando:

Aqui deponho a penna para entregar á avidez do leitor o Documento precioso, legado por Luiz Figueira e conservado religiosamente até hoje como um attestado a mais do que foi a Ordem de Jesus na *obra grandiosa da civilização dos povos Americanos*.

Sua leitura, estou certo, *levantará no coração de cada Cearense um altar de gratidão imperecível á memoria dos dous humildes sacerdotes*, cuja vida de devotações e sacrificios esbocei pallidamente. (STUDART, 1903, 96).

O segundo artigo do Barão de Studart na Revista de 1903, cujo título é *Martim Soares Moreno, o fundador do Ceará*, é concluído com a passagem:

Hoje que com festas merecidas se commemora o Tricentenario da vinda dos primeiros Portuguezes ao Ceará *servirão estas despreziosas linhas de preito á memoria do heroico soldado*, a quem, como acertadamente escreveu José de Alencar na mimosa lenda Iracema, cabe o qualificativo de verdadeiro fundador do Ceará.

Essa commemoração será estímulo á actual e ás futuras gerações. Essa longa e demorada vista retrospectiva documentará *o amor dos Cearenses á sua*

⁸ Sobre a questão, cf. SANTOS, Luís Cláudio Villafañe Gomes. **O dia em que adiaram o carnaval:** política externa e a construção do Brasil. São Paulo: Ed. UNESP, 2010; SANTOS, Luís Cláudio Villafañe Gomes. **O Brasil entre a América e a Europa:** O Império e o interamericanismo, do Congresso do Panamá à Conferência de Washington. São Paulo: Ed. UNESP, 2003.

história e tradições, traduzirá uma *homenagem aos que primeiro descortinaram para a vida da civilização esta terra* ciosa dos thesouros de suas crenças, heroica nos soffrimentos, trabalhadora, avida de progressos, fadada a altos destinos. (STUDART, 1903, 228).

Observemos, em Studart, a repetição das expressões *civilização e memória*. Dos argumentos em torno de ambas podemos concluir que, para o Barão, a presença portuguesa fez o Ceará atingir o grau de civilização experimentado em 1903, quando das festas comemorativas do Tricentenário. O pensamento em torno da civilização parece demonstrar não apenas a exaltação desse passado tomado para si pela intelectualidade cearense, mas também negar o quinhão “não civilizado” da história do Ceará. Ou seja, os povos indígenas são rechaçados como parte vergonhosa de uma história que, graças à dedicação heroica de soldados portugueses e jesuítas, faz parte de um passado distante, segundo defendem os intelectuais. Exalte-se, portanto, a memória da presença portuguesa que trouxe civilização e fé para os habitantes do Ceará, distanciando-os daqueles reconhecidos tempos de barbárie.

Seguindo a mesma linha de pensamento, temos João Brígido, em seu artigo *Ha 300 anos - Pedro Coelho de Sousa*, com clara exaltação ao primeiro português a desbravar as terras do Ceará. De início o autor aponta as dificuldades das terras cearenses, segundo a visão de Coelho, informando sobre a pobreza da fauna e da flora e pequenez dos nativos (BRÍGIDO, 1903, 44) e, finaliza exaltando os mártires: “Coelho e Thomasia [sua esposa], no limiar do seculo XVII, são martyres primeiros da civilisação desta terra, que ia ver a luz, e esperava na densa escuridão, que, agora subsiste só para os seculos, que nos precederam” (BRÍGIDO, 1903, 49).

O que temos nos artigos de Studart e Brígido parece uma tentativa de construção de uma memória sobre esse passado “iluminado” pelos portugueses. Enquanto João Brígido faz o contraponto entre *luz e escuridão*, pondo a segunda bem distante daqueles dias de 1903, o Barão refere-se ao amor do homem cearense à sua história e às suas tradições. As palavras de Studart parecem sugerir a fundação do sentimento de pertença, de uma identidade com os fatos do passado. E dizemos assim mesmo, “fatos do passado”, pois se trata de uma cristalização de um momento histórico, para fundação da memória da sociedade local. A tipologia da memória à qual nos referimos não poderia ser outra que não a memória histórica (Cf. ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007), uma vez que temos a reinvenção do passado a partir da exclusão do indesejado.

Os festejos do Tricentenário da chegada dos portugueses ao Ceará sugerem a exclusão do tempo anterior, quando os nativos ocupavam sozinhos aqueles espaços⁹. Só era considerado necessário permanecer na lembrança, na memória, o momento que aponta para a possibilidade de inserção no desejado: a civilização. Portanto, temos a memória de um espaço de tempo, selecionado da história local, para a reinvenção de sua própria história, em busca do estabelecimento de uma memória coletiva que daria ao Ceará o status de terra civilizada e, aos privilegiados da sociedade, a condição de promotores da memória e da civilização na atualidade.

Essa procura pelo estabelecimento da memória coletiva dos cearenses nos faz lembrar, mais uma vez, a análise de Catroga sobre as práticas comemoracionistas portuguesas. Escreve Catroga:

assistiu-se [...] a uma certa sacralização da ideia de Nação (e de Pátria) e à elevação da história não só a fonte de virtudes cívicas, mas também a prova de que valia a pena lutar pela realização do bem comum, porque o futuro saberia reconhecer os méritos dos seus maiores, libertando-os do esquecimento através da memória coletiva. (CATROGA, 2005, 145).

O comemoracionismo parece o mesmo, pois intelectuais, políticos e grandes comerciantes cearenses buscavam a autopromoção e exaltação da História do Ceará, apenas nos aspectos que lhes eram caros, com o intuito final de serem reconhecidos como os guias da população em direção à luz.

Bom exemplo da memória seletiva daqueles que, de certo modo, construíram a história cearense são os dizeres do hino do Ceará, do maestro cearense Alberto Nepomuceno, com letra de Thomaz Lopes. Fruto da encomenda do Barão de Studart para as comemorações do Tricentenário, nele, no *Hymno do Ceará* (HYMNO, 1903, 249-250), não há nenhuma referência aos povos nativos. Fala-se das dificuldades e da força para transformar aquela terra em algo bom, da abolição dos escravos, da influência dos intelectuais sobre a população e de sua responsabilidade em conduzir o povo em direção à luz, entretanto, a história do Ceará, contada pelo hino do estado, parece não contar com a existência de indígenas.

A construção da memória sobre a história da terra, tomada como responsabilidade pelos intelectuais oitocentistas, não poderia oferecer mais que essa

⁹ É importante ressaltar a constante busca da população que habitava as terras hoje consideradas “território brasileiro” (neste caso cabendo mesmo a generalização), pela condição de civilizada, inserida numa situação que a distanciasse até mesmo do continente americano. Talvez pela importância conquistada no princípio do século XIX, quando a família real veio de Portugal para o Brasil,

exclusão do impróprio, daquilo de valor menor, e é esta a posição atribuída aos povos indígenas. Lembremos que a memória está ligada à identidade e o evento em questão, diz respeito à criação do sentido de identificação da sociedade com o lugar. Há, ainda, outra ligação, desta vez entre memória e esquecimento, neste caso, convém esquecer um para privilegiar outro (Cf. ROSSI, 2010). O resultado de todo o movimento feito pela intelectualidade cearense é uma espécie de história a serviço do esquecimento e não necessariamente da memória (Cf. ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007, especialmente o capítulo 2).

Explicamos: concomitante ao estabelecimento da memória da civilização do Ceará, herança da ocupação portuguesa, a intelectualidade cearense excluiu para o campo do esquecimento tudo relativo aos povos indígenas, como se recortassem essa parte da história por não ser de interesse, afinal seu destaque traria lembrança da *barbárie* do passado. Para inscreverem-se na história nacional e despertarem no povo a identificação, a inserção em algo maior, não era preciso lembrar a tristeza, a escuridão vivida anteriormente, mas, apenas a chegada da *luz* da civilização.

É importante lembrar o momento histórico vivido não só no Ceará, mas no Brasil, do fim do século XIX ao princípio do XX. Os homens de ciência de toda a nação reconheciam a miscigenação como responsável pelo enfraquecimento da raça e, portanto, como responsável pela defasagem do Brasil em comparação às nações europeias, por exemplo. Dá-se início ao processo de higienização social e urbana, como não era possível eliminar a miscigenação de pronto, higienizavam-se os grandes centros urbanos, separando tudo que era considerado menor: pobreza, loucura, doença, entre outros (SCHWARCZ, 1993).

Os governantes realizaram reformas urbanas, criando novos espaços públicos, eliminando lugares de contaminação, retirando, também, a pobreza e a loucura do campo de visão dos privilegiados da sociedade e dos possíveis visitantes. São criados novos espaços de convívio social, como praças e largos; as ruas são alargadas e é realizado o saneamento urbano. Desse período datam os primeiros asilos e abrigos para órfãos, idosos, mendigos, prostitutas e tantos outros párias da sociedade. Subvencionados pelo estado e supervisionados pela Igreja, por médicos e intelectuais, o que associava o processo todo à filantropia.

A exclusão dos povos nativos da história oficial do Brasil e dos diversos estados, especialmente no princípio do séc. XX, era apenas mais uma atitude em prol da civilização e da evolução da sociedade. Por esta razão, os hinos costumam exaltar a

abolição dos escravos e a liberdade, por serem considerados reflexos da civilização e evolução dos povos¹⁰. Essa exclusão de parte da história, muitas vezes, é trabalho árduo, pois os documentos, base essencial da construção da historiografia científicista, teimam em apresentar essa *origem bárbara* do Brasil. E, portanto, também do Ceará.

A cristalização da verdade: documentação e análise historiográfica no Instituto do Ceará

Barão de Studart realizou intenso trabalho de pesquisa sobre os primórdios da História do Ceará. Lembrando que o fazer historiográfico de seu tempo era muitíssimo diferente do atual. Levemos em conta que a história escrita pelo intelectual é fruto do incansável levantamento documental, em busca da comprovação da verdade e, por isso mesmo, percebemos uma análise voltada para o que se poderia considerar, a seu tempo, inverdades históricas, por não corresponderem aos documentos que tratavam da época. O Barão deixa clara a sua preocupação com a verdade histórica, como na passagem onde se refere à:

Ayres de Casal (Corografia Brasílica, vol. 2º p.219) inventa a existencia de uns presidios na costa do Ceará, *dos quaes tirou Pero Coelho alguma gente para executar o projecto que felizmente conseguiu deixando o Indio sujeito á Coroa de Portugal.*

O projecto a que se refere (...) é forçoso dizer, não ha o que aproveitar em beneficio da verdade...

Taes prezidios Portuguezes na costa, anteriores á vinda de Pero Coelho e aos quaes prejudicava a alliança dos Francezes com o principal Mel Redondo, são fructo apenas da imaginação do auctor.

O que ha de verdadeiro é que ao chegar ao districto do Ceará, o capitão-mór muniu-se de auxiliares, mas esses foram indios domesticados alli moradores.(grifo do autor) (STUDART, 1903, 53-54).

Ao mesmo tempo em que afirma as inverdades de uns, Studart também demonstra respeito e cuidado ao referir-se a outros, como é o caso de Varnhagen. Segundo o intelectual cearense, Francisco Adolfo de Varnhagen parece apadrinhar Pero Coelho, pois indica o nome de João Soromenho como o algoz dos indígenas, livrando Coelho da acusação. Percebemos o zelo pela memória de Varnhagen quando o Barão afirma que

¹⁰ Além do Hino do Ceará, os hinos do Pará, Maranhão, Rio de Janeiro, para citar apenas alguns que excluem a presença indígena em suas terras antes da ocupação pelos europeus.

Pode ter sido tudo assim, pode Varnhagen ter encontrado, e longe de mim suspeital-o de forjador de documentos, a Provisão Regia de 19 de Setembro de 1606 ordenando a prisão e processo de João Soromenho; o que me espanta é o silêncio que a respeito de um tal individuo guardam os escriptores, mesmo os contemporaneos. (STUDART, 1903, 59).

A preocupação com a verdade continua por todo o artigo, Studart faz um constante cruzamento de dados entre diversos documentos e autores que analisam a mesma época em busca do veredito sobre os fatos ocorridos.

No artigo sobre Martin Soares Moreno, o intelectual continua sua análise perseguindo a verdade histórica, e demonstra o valor dado aos documentos, por exemplo, na passagem onde afirma: “não conheço manuscripto algum que trate de Pero Coelho; o que delle se sabe acha-se em obras já dadas á imprensa” (STUDART, 1903, 189). Essa condição relativa à falta de referências documentais parece incomodar o intelectual cearense, pois ele os considera a fonte da verdade histórica e defende que através deles se pode ter a certeza dos fatos.

Mas o que é *verdade histórica*?

Para grande parte da historiografia oitocentista, documentos válidos são aqueles considerados oficiais pelas entidades ou instituições às quais caberia atribuir valor, legitimando os registros escritos de um fato. Assim, neste caso específico, julgamos ser *verdade histórica* a comprovação do fato através de documentos válidos. Seguindo as ideias de Paul Ricoeur, qualquer documento não é nada além de uma infinidade de possibilidades hermenêuticas (Cf. RICOEUR, 1990 e LE GOFF, 1994). Não só a escrita daquele documento que é tomado por *verdade histórica* está repleta de ideologias condicionantes, como a análise do documento que contém a pretensa *verdade histórica* também se encontra amparada por uma carga ideológica. Deste modo, a compreensão do documento estará condicionada à experiência do leitor (Cf. RICOEUR, 1997, tomo 3). Seguindo concepção heideggeriana, o autor afirma:

A primeira função do *compreender* é nos orientar numa situação. O *compreender não se dirige*, pois à apreensão de um fato, *mas a de uma possibilidade de ser* [...] *compreender um texto*, diremos, não é descobrir um sentido inerente que nele estaria contido, mas *revelar a possibilidade de ser indicada pelo texto*. (RICOEUR, 1997, tomo 3, 33 – grifo nosso).

Deste modo, a pretendida *verdade histórica*, norte dos intelectuais do Instituto do Ceará, cai por terra, pois as ideias de objetividade e neutralidade, determinantes de sua produção, dizem respeito à ideologia de sua época. Portanto, as conclusões às quais

chegavam a partir da leitura de manuscritos condiziam apenas com uma possibilidade de compreensão da mensagem contida no texto do documento. E, para afirmar a impossibilidade do homem de ser neutro e objetivo, Ricoeur, com Hans-Georg Gadamer, afirma:

não podemos nos abstrair do devir histórico, situar-nos longe dele, para que o passado se torne, para nós, um objeto...Somos sempre situados na história...Pretendo dizer que nossa consciência é determinada por um devir histórico real, de tal forma que ela não possui a liberdade de situar-se em face do passado.(GADAMER, 1967 apud RICOEUR, 1990, 40).

Deste modo, a análise documental exposta pelo Barão de Studart e pelos demais intelectuais ligados ao Instituto é utilizada simplesmente para a fundação de uma ideologia, ainda que inconscientemente¹¹.

Sobre o uso dos documentos, temos Durval Muniz de Albuquerque Júnior destacando a função do historiador:

O historiador conta uma história, narra; apenas não inventando os dados de suas histórias. Consultando arquivos, compila uma série de textos, leituras e imagens deixadas pelas gerações passadas, que, no entanto, são reescritos e revistos a partir dos problemas do presente e de novos pressupostos, o que termina transformando tais documentos em monumentos esculpidos pelo próprio historiador, ou seja, o dado não é dado, mas recriado pelo especialista em História. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007, 62-63).

Mesmo não se referindo propriamente à lógica historiográfica da transição do século XIX para o XX, na passagem citada, Durval Muniz tangencia a prática dos intelectuais dos Institutos. Recorrendo aos documentos, esses letrados encharcados das teorias da época e de uma suposta neutralidade científica, esculpam (e frisamos, apenas esculpam!) a história pretendida verdadeira, marcados, como é óbvio, por toda a mesmidade que lhes cabia.

Para compreender a questão da mesmidade, recorremos à Adam Schaff. O autor afirma:

O historiador – sujeito que conhece – é um homem como qualquer outro e não pode libertar-se das suas características humanas: não é capaz de pensar sem as categorias de uma língua determinada, possui uma personalidade

¹¹ Importa ressaltar a época em que a produção desses intelectuais foi pensada. Diante disto, a ideologia construída por eles deve ser compreendida a partir de seu universo cultural. Não há propriamente uma má intenção na atitude assumida por aqueles historiadores. A reflexão aqui exposta leva isto em conta. Nossa intenção é, portanto, apresentar uma chave interpretativa capaz de oferecer subsídios teóricos para compreensão dos nossos documentos.

socialmente condicionada no quadro de uma realidade histórica concreta, pertence a uma nação, a uma classe, a um meio, a um grupo profissional, etc., com todas as conseqüências que tudo isto implica no plano dos estereótipos que aceita inconscientemente, em geral, da cultura de que é ao mesmo tempo uma criação e um criador, etc. (SCHAFF, 1995, 284).

Por não possuírem a compreensão de serem incapazes das pretensas neutralidade e objetividade, ou seja, a não liberdade afirmada por Schaff, os sócios do Instituto do Ceará seguiram suas atividades utilizando os documentos em busca da legitimação da história local. Recortando do passado somente o que interessava ao modelo historiográfico da época, em busca da criação de memórias históricas para a população cearense, fragmentando o processo histórico e cristalizando (Cf. ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007, 206) momentos que, segundo seus preceitos, caracterizavam o princípio da luz, da civilização trazida pelos portugueses. Como dissemos, interessa-nos apontar para o fato de que o Barão e seus pares não possuíam esses elementos teóricos à disposição. Em razão disto seguiam com a preocupação do respeito aos documentos, acreditando não haver interferência nos escritos originais através do trabalho por eles desenvolvido.

Voltando aos artigos de Studart, quando se refere à Pero Coelho, o autor recorre a diversos escritos de outros comentadores sem, contudo, afirmar veracidade neste ou naquele. Seu método historiográfico está limitado a simples comparação dos dados colhidos em suas leituras com as informações documentais disponíveis, ainda que estas não dissessem respeito diretamente ao explorador português, mas tratassem de questões correlacionadas à história analisada.

O respeito pela documentação é evidente em outros artigos da revista de 1903. Alfredo de Carvalho, por exemplo, em sua tradução do *Diário de Mathias Beck*, ressalta em nota introdutória sua postura diante dos escritos do explorador neerlandês assumindo, inclusive, no seu trabalho, toda a escrita incorreta, confusa e cheia de repetições presentes no texto original. Sobre isso, o tradutor nos diz:

Uzamos dos maiores cuidados na traducção, afim de evitar falsas interpretações, a que facilmente poderia conduzir o desalinhavado do estylo, e procuramos manter sempre a mais rigorosa equivalencia entre os vocabulos desta e os do original; transcrevendo os nomes indigenas conservamos a orthographia do Auctor, mesmo quando nos pareceu pouco acceitavel, de preferencia a corrigil-a, pois, bem sabemos de quanto auxilio é, nas investigações etymologicas, o conhecimento das diversas e successivas formas por que, no decorrer, tem se escripto estas palavras. (CARVALHO, 1903, III)

Encontramos ainda, na publicação de 1903, documentos sobre os quais não são informados os cuidados das transcrições. Exemplo disto são a *Relação do Maranhão, 1608, pelo jesuíta P. Luiz Figueira enviada a Claudio Aquaviva*; a *Carta de Luiz Figueira sobre as dificuldades da Missão do Maranhão* e, também, *Excerptos de varios auctores com referencia à vinda dos Padres Francisco Pinto e Luiz Figueira ao Ceará*. O que observamos de modo especial na Revista deste ano é a preocupação em validar a História do Ceará, através de relatos da época e, sempre que possível, de comprovação documental, prática comum aos defensores da fundação da história pátria.

História como amálgama da sociedade

A intelectualidade cearense, através das agremiações de letrados, não fugia à regra social estabelecida ainda no Império. Vemos claramente, na postura assumida pelos intelectuais do Instituto do Ceará, o uso da história local para manutenção da ordem, do controle daqueles considerados homens comuns.

Tratamos ao longo de todo o artigo de uma tradição inventada nos moldes apontados por Eric Hobsbawm e Terence Ranger. Como eles afirmam: “toda tradição inventada, na medida do possível, utiliza a história como elemento legitimador e de coesão” (HOBSBAWM e RANGER, 1987, 21). Assim, os privilegiados da sociedade cearense de 1903 buscaram a criação de uma tradição a partir de um recorte da história do passado das terras cearenses, utilizando-se para isto de seleção criteriosa apagando o que pudesse exaltar os ânimos dos menos privilegiados.

O tipo de comemoração ora analisado estimula na população em geral o sentimento nacional, a identificação com os heróis indicados pelos letrados e a equivocada impressão de que aqueles que conduzem a sociedade, seja através da política, seja através das letras, apontam para um futuro glorioso a ser compartilhado por todos. Afinal, já em 1603, os portugueses apresentaram, aos habitantes das terras cearenses a possibilidade da civilização. Mas o que era civilização para quem tinha, em 1903, pouca ou nenhuma instrução?

Pelos aplausos relatados, podemos supor que a dita civilização podia ser pensada como promessa de um futuro iluminado para todos, conduzido pelos privilegiados da sociedade, detentores do conhecimento que faltava aos irmãos menos privilegiados. Naquele momento de comemoração eram todos irmãos, os que ocupavam os lugares

reservados para o conforto dos ilustres e aqueles que se espremiavam feito abelhas em colmeia.

A História do Ceará, neste momento, era o amálgama da sociedade, a liga que unia a riqueza e privilégios de uns e a massa dos comuns. Festejar era uma das formas¹² encontradas pelas elites políticas e sociais do Ceará para manter a ordem, à semelhança da política do pão e do circo de outros tempos.

E em que medida houve mudança no uso político da História?

REFERÊNCIAS

Artigos:

BRÍGIDO, João. Ha 300 anos. Pedro Coelho de Sousa. **Revista Trimestral do Instituto do Ceará**, Fortaleza, v.1, Tomo XVII, Anno XVII, 41-49, 1903.

CARDOSO, Graccho. Tricentenário da vinda dos primeiros portugueses ao Ceará. D'A Republica, de Fortaleza. **Revista Trimestral do Instituto do Ceará**. Fortaleza, CE, v.1, Tomo XVII, Anno XVII, 229-241, 1903.

CARVALHO, Alfredo. Diário de Mathias Beck. **Revista Trimestral do Instituto do Ceará**, Fortaleza, v.1, Tomo XVII, Anno XVII, 325-405, 1903.

_____. O Tricentenário do Ceará – 1603-1903 (Do “Jornal do Recife). **Revista Trimestral do Instituto do Ceará**, Fortaleza, v.1, Tomo XVII, Anno XVII, 245-248, 1903.

HYMNO do Ceará. **Revista Trimestral do Instituto do Ceará**, Fortaleza, v.1, Tomo XVII, Anno XVII, 249-250, 1903.

STUDART, Barão. Francisco Pinto e Luiz Figueira - o mais antigo documento existente sobre a história do Ceará. **Revista Trimestral do Instituto do Ceará**, Fortaleza, v.1, Tomo XVII, Anno XVII, 52-96, 1903.

STUDART, Barão. Martim Soares Moreno, o fundador do Ceará. **Revista Trimestral do Instituto do Ceará**, Fortaleza, v.1, Tomo XVII, Anno XVII, 178-228, 1903.

VASCONCELLOS, A. Augusto. Consagração do Passado. **Revista Trimestral do Instituto do Ceará**, Fortaleza, v.1, Tomo XVII, Anno XVII, 37-40, 1903.

Bibliografia

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **História: a arte de reinventar o passado**. Ensaios de teoria da história. Bauru, SP: EDUSC, 2007.

¹² A outra era a filantropia, já apontada no artigo.

ALBUQUERQUE, Luís de (Dir.). **O reconhecimento do Brasil**. Lisboa: Publicações Alfa, 1989. Col. Biblioteca da Expansão Portuguesa. v. 14.

CAMINHA, Pêro Vaz de. Carta de Pêro Vaz de Caminha ao Rei D. Manuel. In: ALBUQUERQUE, Luís de (Dir.). **O reconhecimento do Brasil**. Lisboa: Publicações Alfa, 1989. Col. Biblioteca da Expansão Portuguesa. v. 14.

CATROGA, Fernando. **Nação, mito e rito**: religião civil e comemoracionismo (EUA, França e Portugal). Fortaleza: Edições NUDOC/Museu do Ceará, 2005.

HOBBSAWM, Eric e RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

REVISTA TRIMESTRAL DO INSTITUTO DO CEARÁ. Fortaleza, CE: Typ. Studart, v.1, Tomo XVII, Anno XVII, 1903.

RICOEUR, Paul. **Interpretação e Ideologias**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1990.

ROSSI, Paolo. **O passado, a memória, o esquecimento**: seis ensaios da história das ideias. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

SCHAFF, Adam. **História e verdade**. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

VILAR, Pierre. **Iniciação ao vocabulário da análise histórica**. Lisboa: Edições João Sá da Costa, 1985

WEHLING, Arno. **Estado, História, Memória**: Varnhagen e a Construção da Identidade Nacional. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.